

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ORGÂNICA NO PARANÁ: ASPECTOS COMUNICACIONAIS

Serli Ferreira de Andrade

Universidade Federal da Fronteira Sul
seluvi1810@gmail.com

Myrian Regina del Vecchio de Lima

Universidade Federal do Paraná
myriandel@gmail.com-maile-mail

Betina Muelbert

Universidade Federal da Fronteira Sul
betina.muelbert@uffs.edu.br

Eixo 09: Multidisciplinar

RESUMO

Ofertar alimentação orgânica ou agroecológica a estudantes da rede pública estadual, de forma progressiva, é o propósito da Lei 16.751/2010, do Estado do Paraná. A política pública dialoga com princípios da agroecologia e objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. O objetivo deste trabalho foi compreender se há comunicação na informação acerca da Política Pública de Alimentação Escolar Orgânica no Paraná (Ppaeop). Considerando a comunicação como instrumento de gestão voltado a sensibilização, conscientização social e de utilidade pública, por envolver questões sociais, ambientais e nutricionais, a pesquisa qualitativa de viés interdisciplinar utilizou questionários e entrevistas, recorrendo à análise de conteúdo, aplicados a grupos envolvidos na alimentação escolar. Constata-se ausência de comunicação como estratégia de gestão e informação.

Palavras-chave: Lei 16.751/2010-PR. Orgânicos. Comunicação.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 16.751/2010 (PARANÁ, 2010), por meio do decreto 4.311/2020 (PARANÁ, 2020), propõe inserir gradativamente, alimentação escolar orgânica em 2.117 escolas da rede estadual de ensino do Paraná. Numa perspectiva agroecológica, compreende-se, que além do direito à segurança alimentar e nutricional, Sisan (2006), a comunidade escolar e a sociedade possam ter acesso à informação como utilidade pública, sobre as motivações que deram origem à Política Pública de Alimentação Escolar Orgânica no Paraná (Ppaeop). Considera-se ainda, que a comunicação seja fundamental para que a sensibilização e conscientização social relacionadas à alimentação escolar orgânica e seus efeitos, aconteçam.

Nesse sentido, observar, a partir da implementação, os tipos de diálogos que vem ocorrendo sobre essa temática, e se estes se traduzem em informação, por meio da comunicação como instrumento de gestão, são premissas norteadoras dos questionamentos respondidos por agentes educacionais e das entrevistas realizadas com representantes de agentes públicos governamentais e de produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos.

O estudo buscou compreender a tomada de conhecimento sobre a lei e sua implementação, por parte da comunidade escolar e da sociedade. O objetivo foi dimensionar se há comunicação como estratégia de gestão e informação acerca da Ppaeop.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo enquanto pesquisa qualitativa, segue a linha compreensivista, fundamentada em Mynaio (2007), e prioriza a compreensão acerca dos avanços e percalços, a partir da convergência da percepção interdisciplinar de participantes de diferentes áreas de atuação.

O processo se deu por meio de entrevistas e questionários, envolvendo 13 participantes de setores ligados à gestão governamental, produtores de alimentos e agentes educacionais de três escolas de municípios considerados agroecológicos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2022). Os dados obtidos foram analisados por meio de alguns aspectos da análise de conteúdo recomendados por Bardin (2011).

O grupo A, é composto por agentes educacionais, incluindo professores, cozinheiras e diretores de três unidades educacionais. No grupo B os atores representam vozes de instituições envolvidas na criação e implementação da lei em questão: Governo do Estado do Paraná, Assembleia Legislativa do Paraná, Ministério Público Estadual e Comitê Gestor da política pública.

Após a coleta e análise de dados, por meio do modelo chamado de Análise de Conteúdo, cujas técnicas possibilitam a contagem de frequência dos enunciados dos participantes, assim como a produção de inferências interpretativas, apresentando-se como relevante para os objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas tabelas 1 e 2, estão as apreensões dos grupos A e B, sobre tipos comunicacionais existentes e desejáveis na Ppaeop, no sentido de comunicar e dar significado a ela, como uma política de interesse público.

TABELA 1 – Percepção dos respondentes do grupo A sobre os processos comunicacionais existentes ou não, na Lei nº 16.751/2010.

Respondentes		
A1	Oportuna	Sensibilização por ocasião de reuniões.
A2	Ocorre	Não específica.
A3	Indireta	Diretamente, não. Precisa ser divulgado.
A4	Não ocorre	Os alunos não percebem.
A5	Ocorre	Não específica.
A6	Ocorre	Não específica.
A7	Interdisciplinar	Ocorre aleatoriamente, durante as disciplinas.
A8	Não ocorre.	Não é debatido na escola.
A9	Interdisciplinar	Ocorre aleatoriamente, durante as disciplinas.

FONTE: Elaborado pela autora

TABELA 2 – Percepção dos respondentes do grupo B sobre os processos comunicacionais existentes ou desejados.

Respondentes	Existentes	Desejado
B1	Proximidade Informativo Oportuno	Utilidade Pública Cartaz “Minha escola tem alimento orgânico ou “Aqui tem alimento orgânico”. Foco na sustentabilidade e qualidade educativa.
B2	Indefinido Dificultado	Assumida pelo estado como sua responsabilidade. De conscientização da sociedade das famílias para aumentar a produção de orgânicos.
B3	Insuficiente	Eu acho que não se deu publicidade o suficiente.
B4	Espaços limitados Patrocinada pelas grandes cooperativas	A comunicação com a sociedade, ela precisa ser efetiva no sentido de se inserir nessas experiências. Furar a bolha, estabelecendo uma comunicação para a sociedade, com meios alternativos de comunicação. Que valorize as diferentes espécies de alimentos que vão surgindo na cultura local.

FONTE: Elaborado pela autora (2023).

Os relatos sobre aspectos da comunicação, advindos dos referidos atores que exercem diferentes funções junto à Ppaeop, inclusive no ambiente escolar, local onde os alimentos orgânicos começam a ser ofertados, evidenciam a carência da comunicação verbal escrita e e/ou falada, cujos enunciados em seus significados, representam a percepção dos atores sobre os efeitos da política pública em análise.

A gama de significados que implicam modos de produção sem o uso de agrotóxicos, com fertilizantes naturais, equilíbrio do solo, preservação da biodiversidade, dando prioridade aos

circuitos curtos de transporte, e, em paralelo à chegada de uma nova alimentação nas escolas, cabe ainda o direito à uma informação que permita ou facilite a compreensão sobre os motivos da substituição dos alimentos oriundos de modos de produção.

Em que processos comunicacionais podem estar presentes as dinâmicas contidas no âmbito da Ppaeop, assim como as motivações socioeconômicas, culturais e ambientais que a conceberam e que justificam sua implementação? São processos que podem ocorrer, que estão ocorrendo ou que se compreende que seria importante que ocorressem, no sentido de bem comunicá-los para, assim, sensibilizar e quiçá, conscientizar, vindo a fluir uma comunicação significativa à comunidade escolar e à sociedade sobre as motivações que resultaram na e da política pública em análise. (VOLTON, 2011; COX, 2018).

Após 10 anos de sua aprovação, a Ppaeop é colocada em vigor, em 2020, pelo decreto 4.311/20, utilizando recursos e as regras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apresentando dificuldades na implementação, de acordo com os entrevistados do grupo B, para as quais acreditam encontrar solução por meio de metas estratégicas.

Apesar das dificuldades da Ppaeop, de acordo com representante do Fundepar, a inserção de orgânicos na alimentação escolar, vem ocorrendo desde 2011, e alcançou 1.541 das 2.017 escolas, com a oferta de 7,06%, de orgânicos no total da alimentação, em 2022 (Fundepar, 2023), quantidade abaixo da meta esperada, que era de 10%.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Pública de alimentação escolar no Paraná (Ppaeop) é estadual, mas utiliza-se de recursos federais e seguindo parâmetros do Pnae. A compra direta, de ao menos, 30% da agricultura familiar, após a regulamentação 11.947/2009, podendo tanto ser orgânicos ou agroecológicos, como convencionais é outro gargalo evidenciado. A Ppaeop, tem origem nos movimentos representativos dos camponeses da agricultura familiar, que reivindicaram uma legislação que amplie a compra de orgânicos. Mas foi mesmo com a intervenção do Ministério Público, não há prazo para a implementação, nem ocorre a publicidade informativa sobre tal política, o que aponta para uma resistência do Estado em implementá-la. Embora o Paraná se apresente como o maior estado produtor de orgânicos do Brasil, também está entre os estados considerados bolsões de grãos, cuja pressão do agronegócio é por políticas públicas de incentivo à produção de commodities, e não de orgânicos e agroecológicos, em favor da

agricultura familiar. Associada às dificuldades de incentivo, está a ausência de processos planejados de comunicação como instrumento de gestão, informação de utilidade pública à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Agroecologia nos Municípios**. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/> . Acesso: em 21 nov. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011 [1997].

COX, J. ROBERT; Pezzuello, Phaedra. **Environmental Communication And Public Sphere**. 5 ed. Londres et New York, Sage, 2018.

PARANÁ. Decreto Nº 4.211/2020: regulamenta a Lei 16.751/2010 que: Institui, no Âmbito do Sistema Estadual de Ensino Fundamental e Médio, a Merenda Escolar Orgânica. **Diário Oficial nº. 10640**. Governo do Paraná, 2020.

FUNDEPAR – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional. Disponível em: <https://www.fundepar.pr.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

PARANÁ. Lei Nº 16.751/2010. Institui, no Âmbito do Sistema Estadual de Ensino Fundamental e Médio, a Merenda Escolar Orgânica. **Diário Oficial nº. 8378**. Governo do Paraná (2010).

MYNAIO, MARIA C.S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (Seed). Governo do Estado do Paraná, 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/?utm_source=educacao&utm_medium=pagina_desvio&utm_campaign=desvio-seed&utm_id=desvio. Acesso em: 17 set. 2022.